



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria de Reformas Econômicas

Subsecretaria de Acompanhamento Econômico e Regulação

Coordenação-Geral de Saúde e Comunicações

Voto: 32/2025/CGSCOM/MF

Processo SEI nº: 25351.900388/2023-96

I. RELATÓRIO

- 1) O presente voto refere-se a Processo Administrativo instaurado pela Secretaria-Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), com o objetivo de apurar a oferta, pela empresa PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 37.374.797/0001-05, dos medicamentos BROMIDRATO DE FENOTEROL, BROMETO DE IPRATRÓPIO (na apresentação 0,02 MG/ 50MCL + 0,05 MG/ 50MCL SOL AER CT TB AÇO INOX X 10 ML + BOCAL); CLORETO DE POTÁSSIO (na apresentação 600 MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS PP OPC X 20); CLORIDRATO DE BIPERIDENO (na apresentação 2 MG COM CT BL AL PLAS AMB X 80); LOPERAMIDA (na apresentação 2 MG COM CT BL AL PLAS INC X 200 (EMB HOSP)); FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA, CLORIDRATO DE MOXIFLOXACINO (na apresentação 5 MG/ML + 1 MG/ML SOL OFT CT FR PLAS OPC GOT X 5 ML); DEXAMETASONA (na apresentação 1,0 MG/ML SUS OFT CT FR PLAS TRANS GOT X 5 ML); DIMENIDRINATO, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA (na apresentação 50MG + 10MG COM REV CT BL PVC/PVDC AL X 30); FUMARATO DE FORMOTEROL, DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA (na apresentação 100 + 6 MCG/DOSE PO INAL CT DISP INAL X 120 DOSES); IBUPROFENO (na apresentação 600 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10); LEVOTIROXINA SÓDICA (na apresentação 12,5 MCG COM CT BL AL AL X 30) e DINITRATO DE ISOSSORBIDA (na apresentação 5 MG COM SUB LING CT BL AL PLAS INC X 30); por valores superiores aos respectivos Preços Fábrica (PF); e também a oferta dos fármacos CALCITRIOL (na apresentação 0,25 MCG CAP GEL MOLE CT FR VD AMB X 30) e METOTREXATO (na apresentação 2,5 MG COM CT 2 BL AL PLAS AMB X 10); por valores superiores aos respectivos Preços Máximos de Venda ao Governo (PMVG), ao Hospital Universitário Alcides Carneiro – HUAC/PB, no Pregão Eletrônico nº 015/2022, realizado em 08 de abril de 2022.
- 2) Em investigação preliminar, a Secretaria-Executiva da CMED (SCMED) exarou a Nota Técnica nº 194/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 2350936), que apontou a oferta dos medicamentos supracitados, com valores superiores aos permitidos, perfazendo o total a maior de R\$ 44.725,50 (quarenta e quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos).
- 3) A empresa foi informada da abertura do processo por meio da Notificação nº 434/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 2351015), para apresentar sua defesa, na qual alegou, em síntese, que (SEI 2720441):
 - a. os valores que foram ofertados pela empresa Pontomedi, foram apresentados dentro da possibilidade de execução através de coeficientes de exequibilidade, e, em nenhum momento houve a intenção de causar dano, prejuízo, ou tirar proveito da administração pública;
 - b. a empresa intenta a reconsideração por parte da administração pública, entendendo que tenha causado eventual dano e/ou prejuízo ao órgão, seja penalizada através do dispositivo de advertência;
 - c. o valor apurado pela investigação preliminar da Câmara Reguladora do Mercado de Medicamentos em termos monetários, compreende-se como de pequeno valor, sendo assim a sanção a ser aplicada necessita de conformidade na classificação de pena a ser imposta neste mesmo sentido;
 - d. a oferta de preços foi feita considerando as questões do mercado à época e que não houve em nenhum momento intenção de tirar proveito do erário público;
 - e. seja aplicada a penalidade com base na sanção de multa, prevista no art. 87, II, da Lei 8.666/93, considerando as atenuantes possíveis da resolução nº 02/2018, o enquadramento de Empresa de pequeno porte e simples nacional conforme Lei complementar 123/2006.
- 4) Após defesa da empresa, a SCMED emitiu a Decisão nº 18, de 16 de janeiro de 2025, (SEI 3349367), atestando a infração da empresa, por ofertar medicamentos por valores superiores aos PF, em descumprimento ao disposto pela Resolução CMED nº 02/2018, concluindo inicialmente pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R\$ 60.413,07 (sessenta mil, quatrocentos e treze reais e sete centavos).

CÁLCULO DE MULTA SOBRE OFERTA E/OU VENDA DE MEDICAMENTOS POR PREÇO SUPERIOR AO PERMITIDO (PF/CAP LISTA CAP JUDICIAL ICMS)									
Empresa:	25351.900388/2023-96				Nº CNPJ	37.374.797/0001-05			
Processo Nº	PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA				FAIXA DE FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO				FAIXA E
FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO			R\$ 4.800.000,00		TOTAL DE MULTA A RECOLHER			R\$ 60.413,07	
Valor da UFIR de nov/2000 atualizado pelo IPCA e até o trimestre (out-24 a dez-24)			4,495269907		Total Multa em UFIR		13.439		TOTAL MÁXIMO A RECOLHER R\$ 60.413,07
PRODUTO	Apresentação		Data da INFRAÇÃO	Faturamento a maior À EPOCA DA INFRAÇÃO	Faturamento Corrigido pela Selic	% Multa	Concretização		Multa em R\$
DUOVENT N	0,02 MG/ 50MCL + 0,05 MG/ 50MCL SOL AER CT TB AÇO INOX X 10 ML + BOCAL		04/2022	R\$ 1.207,00	R\$1.594,45	2,0%	Oferta	R\$ 1.626,34	1.626,34
SIGMATRIOL	0,25 MCG CAP GEL MOLE CT FR VD AMB X 30		04/2022	R\$ 8.468,33	R\$11.186,66	2,0%	Oferta	R\$ 11.410,40	11.410,40
SLOW-K	600 MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS PP OPC X 20		04/2022	R\$ 1.574,50	R\$2.079,91	2,0%	Oferta	R\$ 2.121,51	2.121,51
AKINETON	2 MG COM CT BL AL PLAS AMB X 80		04/2022	R\$ 656,25	R\$866,91	2,0%	Oferta	R\$ 884,24	899,05
CLORIDRATO DE LOPERAMIDA	2 MG COM CT BL AL PLAS INC X 200 (EMB HOSP)		04/2022	R\$ 555,65	R\$734,01	2,0%	Oferta	R\$ 748,69	899,05
VIGADEXA	5 MG/ML + 1 MG/ML SOL OFT CT FR PLAS OPC GOT X 5 ML		04/2022	R\$ 1.158,00	R\$1.529,72	2,0%	Oferta	R\$ 1.560,31	1.560,31
MAXIDEX	1,0 MG/ML SUS OFT CT FR PLAS TRANS GOT X 5 ML		04/2022	R\$ 728,00	R\$961,69	2,0%	Oferta	R\$ 980,92	980,92
DRAMIN B6	50MG + 10MG COM REV CT BL PVC/PVDC AL X 30		05/2022	R\$ 1.534,33	R\$2.011,05	2,0%	Oferta	R\$ 2.051,27	2.051,27
FOSTAIR	100 + 6 MCG/DOSE PO INAL CT DISP INAL X 120 DOSES		04/2022	R\$ 13.617,00	R\$17.988,06	2,0%	Oferta	R\$ 18.347,82	18.347,82
IBUPROFENO	600 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10		04/2022	R\$ 1.815,60	R\$2.398,41	2,0%	Oferta	R\$ 2.446,38	2.446,38
PURAN T4	12,5 MCG COM CT BL AL AL X 30		04/2022	R\$ 4.917,33	R\$6.495,79	2,0%	Oferta	R\$ 6.625,71	6.625,71
TECNOMET	2,5 MG COM CT 2 BL AL PLAS AMB X 10		04/2022	R\$ 6.147,00	R\$8.120,19	2,0%	Oferta	R\$ 8.282,59	8.282,59
ISORDIL SL	5 MG COM SUB LING CT BL AL PLAS INC X 30		04/2022	2.346,50	R\$3.099,73	2,0%	Oferta	R\$ 3.161,72	3.161,72

- 5) Em adição, foi imputado o agravante de prática continuada, pela oferta conjunta de treze medicamentos por valores superiores ao permitido ao Hospital Universitário Alcides Carneiro – PB no Pregão Eletrônico nº 015/2022, prevista respectivamente na alínea “b”, inciso II do art. 13 da Resolução CMED nº 2/2018.
- 6) Por sua vez, em função da empresa não possuir condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento da infração analisada no presente processo, num prazo de cinco anos, incorporou-se a hipótese de atenuante de infrator primário, nos termos do art. 13, inciso I, alínea “a”, da supracitada Resolução.
- 7) Destarte, a presença de uma circunstância agravante e uma atenuante ensejou a cominação da multa acrescida de um terço de seu valor inicial deduzido subsequentemente de 1/3 deste montante, de modo que a sanção pecuniária final restou em R\$ 53.700,50 (cinquenta e três mil e setecentos reais e cinquenta centavos).
- 8) Após subsequente notificação, a empresa interpôs recurso administrativo (SEI 3493701) no qual, além de reiterar os argumentos aventados em sede de defesa, aponta a inexistência de menção expressa no Edital do Pregão Eletrônico nº 015/2022 de necessidade de observância ao Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG, bem como advoga pela não aplicabilidade da agravante de prática continuada e também pela definição da data da condenação em primeira instância (Decisão nº 18, de 16/1/25) como marco inicial para a correção monetária dos valores abarcados pela infração, em contraposição à data de cometimento da mesma, a saber, 08 de abril de 2022.
- 9) Por meio do Despacho nº 777/2025/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 3502105), a SCMED recebeu o recurso por entender presentes os requisitos de tempestividade, legitimidade, cabimento e interesse e, na sequência, sorteou o processo entre os membros do Comitê Técnico-Executivo (CTE) da CMED na 3ª Reunião Ordinária do CTE/CMED, realizada nos dias 27 e 28 de março de 2025, cuja relatoria coube ao Ministério da Fazenda, conforme Despacho nº 908/2025/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA.

II. ANÁLISE

II.1 Admissibilidade do Recurso Administrativo

- 10) Tendo em vista que a empresa tomou ciência da Decisão nº 18/2025 da SCMED em 18 de fevereiro de 2025, conforme Despacho nº 777/2025/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA, e protocolou o recurso em 14 de março de 2025, considera-se tempestiva a interposição do mesmo, nos termos do art. 29 da Resolução CMED nº 2/2018.

II.2 Mérito

- 11) O presente Processo Administrativo abarca a inobservância das regras do mercado de medicamentos pela empresa PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, na oferta de medicamentos ao Hospital Universitário Alcides Carneiro – HUAC/PB, por valores superiores aos respectivos PF e PMVG aplicáveis ^[1].
- 12) Preliminarmente, cabe destacar que a oferta e venda de medicamentos deve atender à toda regulamentação legal e infralegal vigente sobre o tema. Neste ponto, consoante art. 2º c/c art. 8º da Lei nº 10.742/2003, o descumprimento, por “empresas produtoras de medicamentos, farmácias e drogarias, representantes, distribuidoras de medicamentos, e, de igual

modo, quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico", de atos emanados pela CMED, no exercício de suas competências de regulação e monitoramento do mercado de medicamentos, bem como o descumprimento de norma prevista nesta Lei, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078/1990.

13) Nesse contexto, a Resolução CMED nº 2/2018 estabelece que:

"Art. 5º As infrações à regulação do mercado de medicamentos serão classificadas, segundo sua natureza, em 2 (dois) grupos:

(...)

II - infrações classificadas como quantificáveis:

a) ofertar medicamento por preço superior ao limite máximo aplicável ao caso;"

14) Destarte, resta incontestado que a regulamentação referente ao mercado de medicamentos aplica-se à toda a cadeia do setor, inclusive às empresas atacadistas ou distribuidoras, como é o caso da PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

15) No concernente à infração objeto do presente processo, o excerto da Resolução CMED nº 2/2018 reproduzido acima evidencia claramente que tanto a venda efetiva como a mera oferta de medicamentos por valor superior ao permitido constituem descumprimento à regulação vigente. Em suma, revela-se desnecessário que a oferta seja concretizada para que a prática da empresa seja considerada infração e, por conseguinte, seja cabível a aplicação de sanção, tanto que a Resolução CMED supracitada elenca formas de cálculo distintas para cada uma dessas infrações.

16) Doravante, observa-se que não procede a alegação da PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA de que a sanção instaurada pela CMED deveria ser desconstituída, porque não teriam sido infringidas as normas regulamentadoras aplicáveis ou acaso as mesmas não estivessem explicitamente citadas em Edital, uma vez que sabidamente o desconhecimento do arcabouço normativo regente não é escusa à conduta em desacordo com a Lei ou instrumentos normativos infralegais, nem tampouco sua não citação expressa em Edital susta a eficácia de instrumento legal.

17) Nesse diapasão, cabe destacar que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região assim se manifestou sobre a punição aplicada à empresa que apresentou proposta de venda de medicamentos sem a devida observância dos preços permitidos pela CMED:

"assim, diante da sabida natureza administrativa das tratativas contratuais em questão, o fato de a autora ter apresentado proposta com preços superiores aos permitidos, situação que a vincula definitivamente aos valores ofertados, consoma a sua intenção de vender os produtos em questão em desconformidade com a Resolução CMED nº 04/2006. Portanto, ainda que não tenha havido a venda dos produtos, houve o oferecimento de proposta formal vinculante que desrespeitava norma geral a que a autora estava submetida, motivo pelo qual não verifiquei qualquer ilegalidade, atipicidade ou desproporcionalidade na atuação realizada pela Administração".^[2]

18) Efetivamente, a própria Orientação Interpretativa CMED nº 2/2006 explicita, em seu primeiro parágrafo, que "o Distribuidor é obrigado a vender os produtos, tendo como **referencial** máximo o preço fabricante" (grifo do autor), ou seja, a cotação ou preço de referência (oferta), pelo qual posteriormente efetivar-se-á a venda, não poderá ser superior ao Preço Fabricante ou Preço Fábrica – PF.

19) Para além disso, a própria sistemática de cálculo de multas por inobservância aos limites estabelecidos pela CMED foi somente replicada pela Resolução nº 2/2018, uma vez que a metodologia foi desenvolvida originalmente ainda em 2013, no voto-vista nº 1/2013 CMED/SCTIE/MS^[3], de cuja conclusão tem-se o excerto "para que apure o valor da multa a ser aplicada a referida empresa com base na metodologia ora explanada, **a qual deve ser aplicada para calcular as multas subsequentes a serem impostas pela CMED**". (grifo do autor).

20) No tocante ao marco inicial para cômputo da correção monetária, cabe ressaltar que o excerto apresentado pela recorrente é incompleto, uma vez que no Parecer nº 003 /2023/CODVA/PFANVISA/PGF/AGU, de 25 de julho de 2023, efetivamente se enuncia em seu parágrafo 11 que, "... **salvo em caso de previsão específica** acerca do marco inicial da incidência da correção monetária, deve-se adotar o entendimento de que ela se inicia na lavratura do auto de infração - quando este já indicar o valor - ou na decisão de 1ª instância" (grifo nosso).

21) Contudo, no âmbito do mercado de medicamentos existe dispositivo específico para esta questão, consubstanciado no art. 10 da Resolução CMED nº 2/2018 supracitada, o qual dispõe que:

"Art. 10. ... observando-se, ainda, a Taxa Selic como forma de atualização do valor ofertado ou auferido a maior pelo infrator **à época da infração**." (grifo nosso)

22) Por conseguinte, resta forçoso indeferir-se esse pedido e manter o marco inicial da correção monetária como a data de cometimento da infração, ao invés de quando proferiu-se a decisão de primeira instância.

23) Partindo para a análise do caso concreto, verifica-se a autoria da PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA na infração descrita à Nota Técnica nº 194/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 2350936), consubstanciada na oferta, em abril de 2022, conforme ata do Pregão Eletrônico nº 15/2022, de:

a. 100 unidades do medicamento DUOVENT N (princípio ativo BROMIDRATO DE FENOTEROL; BROMETO DE IPRATRÓPIO), na apresentação 0,02 MG/ 50MCL + 0,05 MG/ 50MCL SOL AER CT TB AÇO INOX X 10 ML + BOCAL, pelo valor unitário de R\$ 27,51, superior em R\$ 12,07 ao PF de R\$ 15,44.

b. 33,333 unidades do medicamento SIGMATRIOL (princípio ativo CALCITRIOL), na apresentação 0,25 MCG CAP GEL MOLE CT FR VD AMB X 30^[4], pelo valor unitário de R\$ 300, superior em R\$ 254,05 ao PMVG de R\$ 45,95.

c. 50 unidades do medicamento SLOW-K (princípio ativo cloreto de potássio), na apresentação 600 MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS PP OPC X 20, pelo valor unitário de R\$ 44,2, superior em R\$ 31,49 ao PF de R\$ 12,71.

d. 12,5 unidades do medicamento AKINETON (princípio ativo CLORIDRATO DE BIPERIDENO), na apresentação 2 MG

- COM CT BL AL PLAS AMB X 80^[5], pelo valor unitário de R\$ 79,2, superior em R\$ 52,5 ao PF de R\$ 26,7.
- e. 5 unidades do medicamento CLORIDRATO DE LOPERAMIDA (princípio ativo LOPERAMIDA), na apresentação 2 MG COM CT BL AL PLAS INC X 200 (EMB HOSP), pelo valor unitário de R\$ 174, superior em R\$ 111,13 ao PF de R\$ 62,87.
- f. 100 unidades do medicamento VIGADAXA (princípio ativo FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA, CLORIDRATO DE MOXIFLOXACINO), na apresentação 5 MG/ML + 1 MG/ML SOL OFT CT FR PLAS OPC GOT X 5 ML, pelo valor unitário de R\$ 45,21, superior em R\$ 11,58 ao PF de R\$ 33,63.
- g. 100 unidades do medicamento MAXIDEX (princípio ativo DEXAMETASONA), na apresentação 1,0 MG/ML SUS OFT CT FR PLAS TRANS GOT X 5 ML, pelo valor unitário de R\$ 14,78, superior em R\$ 7,28 ao PF de R\$ 7,5.
- h. 33,333 unidades do medicamento DRAMIN B6 (princípio ativo DIMENIDRINATO, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA), na apresentação 50MG + 10MG COM REV CT BL PVC/PVDC AL X 30^[6], pelo valor unitário de R\$ 63,3, superior em R\$ 46,03 ao PF de R\$ 17,27.
- i. 100 unidades do medicamento FOSTAIR (princípio ativo FUMARATO DE FORMOTEROL, DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA), na apresentação 100 + 6 MCG/DOSE PO INAL CT DISP INAL X 120 DOSES, pelo valor unitário de R\$ 271, superior em R\$ 136,17 ao PF de R\$ 134,83.
- j. 60 unidades do medicamento IBUPROFENO (princípio ativo IBUPROFENO), na apresentação 600 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10, pelo valor unitário de R\$ 50, superior em R\$ 30,26 ao PF de R\$ 19,74.
- k. 33,333 unidades do medicamento PURAN T4 (princípio ativo LEVOTIROXINA SÓDICA), na apresentação 12,5 MCG COM CT BL AL AL X 30^[7], pelo valor unitário de R\$ 150, superior em R\$ 147,52 ao PF de R\$ 2,48.
- l. 75 unidades do medicamento TECNOMET (princípio ativo METOTREXATO), na apresentação 2,5 MG COM CT 2 BL AL PLAS AMB X 10, pelo valor unitário de R\$ 100, superior em R\$ 81,96 ao PMVG de R\$ 18,04.
- m. 16,666 unidades do medicamento ISORDIL SL (princípio ativo DINITRATO DE ISOSSORBIDA), na apresentação 5 MG COM SUB LING CT BL AL PLAS INC X 30^[8], pelo valor unitário de R\$ 150, superior em R\$ 140,79 ao PF de R\$ 9,21.

24) Conforme estabelecido pelo art. 9, inciso IV, alínea "a", da Resolução CMED nº 2/2018, a metodologia para cálculo da multa em caso de **oferta** de medicamento por valor superior ao permitido é a reproduzida abaixo:

$$Mo = a \cdot (1 + i)$$

Onde:

Mo = multa apurada no processo administrativo para cada oferta;

a = diferença entre o valor ofertado e o preço CMED, por apresentação, multiplicada pela quantidade ofertada, nos casos em que tal demanda seja quantificável;

i = índice de ajuste face à condição econômica do agente.

25) Por sua vez, o índice de ajuste face à condição econômica do agente é obtido a partir do enquadramento do faturamento anual da empresa na tabela abaixo:

Faixas	Faturamento médio no Brasil no ano do ilícito	Índice de ajuste
A	$x \geq 100.000.000,00$	10%
B	$50.000.000,00 \leq x < 100.000.000,00$	7%
C	$25.000.000,00 \leq x < 50.000.000,00$	5%
D	$10.000.000,00 \leq x < 25.000.000,00$	4%
E	$x < 10.000.000,00$	2%

26) Conforme valores constantes do sistema DATAVISA e documentação comprobatória encaminhada em recurso, a PONTOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA enquadra-se na faixa E supramencionada, cujo índice de ajuste face à condição econômica é de 2%.

27) Por sua vez, a CMED, com base na deliberação do CTE de 29 de junho de 2016 e na metodologia utilizada pela Gerência de Gestão da Arrecadação (GEGAR) da Anvisa, e seguindo recomendação da Controladoria Geral da União (CGU) emanada no Relatório CGU nº 201315441, passou a adotar a Taxa Selic como forma de atualização do faturamento auferido a maior à época da infração.

28) Destarte, aplicando-se a multa conforme porte econômico da empresa, no caso, de 2% correspondente a empresa de pequeno porte, de acordo com a metodologia supracitada, ter-se-ia os valores preliminares seguintes para cada um dos medicamentos discriminados abaixo:

DUOVENT N	R\$ 1.626,34
SIGMATRIOL	R\$ 11.410,40
SLOW-K	R\$ 2.121,51
AKINETON	R\$ 884,24
CLORIDRATO DE LOPERAMIDA	R\$ 748,69
VIGADAXA	R\$ 1.560,31
MAXIDEX	R\$ 980,92
DRAMIN B6	R\$ 2.051,27

FOSTAIR	R\$ 18.347,82
IBUPROFENO	R\$ 2.446,38
PURAN T4	R\$ 6.625,71
TECNOMET	R\$ 8.282,59
ISORDIL SL	R\$ 3.161,72

29) Contudo, após o cômputo dos respectivos montantes atualizados, o valor da multa referente aos medicamentos CLORIDRATO DE BIPERIDENO e LOPERAMIDA seriam inferiores ao limite mínimo estabelecido pelo art. 57 da Lei 8.078/90, motivo este pelo qual adotou-se, nestes casos, o patamar inferior de 200 Ufir previsto legalmente, ou R\$ 899,05 (oitocentos e noventa e nove reais e cinco centavos) à época em que a CMED proferiu a Decisão nº 18/2025.

30) No tocante à dosimetria da sanção, afigura-se ser o caso de aplicação de agravante por conduta com caráter continuado, não obstante a alegação constante em recurso de que se trata de somente um pregão eletrônico, uma vez que foram feitas múltiplas ofertas por valores superiores aos respectivos limites legais para nada menos do que treze medicamentos distintos.

31) Por sua vez, incorporou-se a atenuante de primariedade, em função da empresa não possuir condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento da infração analisada no presente processo, num prazo de cinco anos, conforme previsto nos termos do art. 13, inciso I, alínea "a", da supracitada Resolução.

32) Assim, a tabela abaixo resume os agravantes e atenuantes aplicados ao caso e respectivo cálculo final:

Infração	Multa Base	Agravantes	Atenuantes	Multa Final
Oferta de 100 unidades de BROMIDRATO DE FENOTEROL; BROMETO DE IPRATRÓPIO	R\$ 1.626,34	Prática Continuada R\$ 1626,34+ 1/3 R\$ 1626,34 = R\$ 2168,45	Primariedade R\$ 2168,45- 1/3 R\$ 2168,45 = R\$ 1445,64	R\$ 1.445,64
Oferta de 33,333 unidades de CALCITRIOL	R\$ 11.410,40	Prática Continuada R\$ 11410,4+ 1/3 R\$ 11410,4 = R\$ 15213,87	Primariedade R\$ 15213,87- 1/3 R\$ 15213,87 = R\$ 10142,58	R\$ 10.142,58
Oferta de 50 unidades de cloreto de potássio	R\$ 2.121,51	Prática Continuada R\$ 2121,51+ 1/3 R\$ 2121,51 = R\$ 2828,68	Primariedade R\$ 2828,68- 1/3 R\$ 2828,68 = R\$ 1885,79	R\$ 1.885,79
Oferta de 12,5 unidades de CLORIDRATO DE BIPERIDENO	R\$ 899,05 (limite mínimo de 200 Ufir)	Prática Continuada R\$ 899,05+ 1/3 R\$ 899,05 = R\$ 1198,73	Primariedade R\$ 1198,73- 1/3 R\$ 1198,73 = R\$ 799,16	R\$ 799,15
Oferta de 5 unidades de LOPERAMIDA	R\$ 899,05 (limite mínimo de 200 Ufir)	Prática Continuada R\$ 899,05+ 1/3 R\$ 899,05 = R\$ 1198,73	Primariedade R\$ 1198,73- 1/3 R\$ 1198,73 = R\$ 799,16	R\$ 799,15
Oferta de 100 unidades de FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA, CLORIDRATO DE MOXIFLOXACINO	R\$ 1.560,31	Prática Continuada R\$ 1560,31+ 1/3 R\$ 1560,31 = R\$ 2080,41	Primariedade R\$ 2080,41- 1/3 R\$ 2080,41 = R\$ 1386,94	R\$ 1.386,94
Oferta de 100 unidades de DEXAMETASONA	R\$ 980,92	Prática Continuada R\$ 980,92+ 1/3 R\$ 980,92 = R\$ 1307,89	Primariedade R\$ 1307,89- 1/3 R\$ 1307,89 = R\$ 871,93	R\$ 871,93
Oferta de 33,333 unidades de DIMENIDRINATO, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA	R\$ 2.051,27	Prática Continuada R\$ 2051,27+ 1/3 R\$ 2051,27 = R\$ 2735,03	Primariedade R\$ 2735,03- 1/3 R\$ 2735,03 = R\$ 1823,35	R\$ 1.823,35
Oferta de 100 unidades de FUMARATO DE FORMOTEROL, DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA	R\$ 18.347,82	Prática Continuada R\$ 18347,82+ 1/3 R\$ 18347,82 = R\$ 24463,76	Primariedade R\$ 24463,76- 1/3 R\$ 24463,76 = R\$ 16309,17	R\$ 16.309,17
Oferta de 60 unidades de IBUPROFENO	R\$ 2.446,38	Prática Continuada R\$ 2446,38+ 1/3 R\$ 2446,38 = R\$ 3261,84	Primariedade R\$ 3261,84- 1/3 R\$ 3261,84 = R\$ 2174,56	R\$ 2.174,56
Oferta de 33,333 unidades de LEVOTIROXINA SÓDICA	R\$ 6.625,71	Prática Continuada R\$ 6625,71+ 1/3 R\$ 6625,71 = R\$ 8834,28	Primariedade R\$ 8834,28- 1/3 R\$ 8834,28 = R\$ 5889,52	R\$ 5.889,52

Oferta de 75 unidades de METOTREXATO	R\$ 8.282,59	Prática Continuada R\$ 8282,59+ 1/3 R\$ 8282,59 = R\$ 11043,45	Primariedade R\$ 11043,45- 1/3 R\$ 11043,45 = R\$ 7362,3	R\$ 7.362,30
Oferta de 16,666 unidades de DINITRATO DE ISOSSORBIDA	R\$ 3.161,72	Prática Continuada R\$ 3161,72+ 1/3 R\$ 3161,72 = R\$ 4215,63	Primariedade R\$ 4215,63- 1/3 R\$ 4215,63 = R\$ 2810,42	R\$ 2.810,42
Total	R\$ 60.413,07			R\$ 53.700,50

III. CONCLUSÃO

33) Ante todo o exposto, vota-se pelo conhecimento do recurso e indeferimento no mérito, ratificando-se a multa cominada no valor final de R\$ 53.700,50 (cinquenta e três mil e setecentos reais e cinquenta centavos).

RAFAEL SIQUEIRA BARRETO

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

PRISCILA GEBRIM LOULY

Coordenadora-Geral de Saúde e Comunicações

[1] PMVG no caso dos medicamentos CALCITRIOL e METOTREXATO, por ambos constarem na Resolução CTE-CMED Nº 6, de 27 de maio de 2021, a qual elenca os fármacos sujeitos à aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços – CAP, atualmente definido como um abatimento de 21,53%, conforme Resolução Nº 5, de 21 de dezembro de 2020. Demais 11 medicamentos sujeitos ao PF, com isenção de ICMS.

[2] Processo nº 22104-20.2011.4.01.3400. Seção Judiciária do Distrito Federal. Ação da 8ª Vara Federal. Decisão de 07/06/2011.

[3] Vide Processo nº 25351.054923/2010-62.

[4] O item 8 do Pregão Eletrônico nº 15/2022 (fl. 18) refere-se a 1.000 unidades do medicamento Calcitriol (cápsulas), ou o equivalente a 33,333 embalagens de 30 unidades cada, o que perfaz o total de $33,333 \times 30 = 1.000$ cápsulas.

[5] O item 13 do Pregão Eletrônico nº 15/2022 (fl. 19) refere-se a 1.000 unidades do medicamento Cloridrato de Biperideno (comprimido), ou o equivalente a 12,5 embalagens de 80 unidades cada, o que perfaz o total de $12,5 \times 80 = 1.000$ comprimidos.

[6] O item 22 do Pregão Eletrônico nº 15/2022 (fl. 20) refere-se a 1.000 unidades do medicamento DIMENIDRINATO, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA (comprimido), ou o equivalente a 33,333 embalagens de 30 unidades cada, o que perfaz o total de $33,333 \times 30 = 1.000$ comprimidos.

[7] O item 29 do Pregão Eletrônico nº 15/2022 (fl. 21) refere-se a 1.000 unidades do medicamento DIMENIDRINATO, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA (comprimido), ou o equivalente a 33,333 embalagens de 30 unidades cada, o que perfaz o total de $33,333 \times 30 = 1.000$ comprimidos.

[8] O item 32 do Pregão Eletrônico nº 15/2022 (fl. 21) refere-se a 500 unidades do medicamento DINITRATO DE ISOSSORBIDA (comprimido), ou o equivalente a 16,666 embalagens de 30 unidades cada, o que perfaz o total de $16,666 \times 30 = 500$ comprimidos.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Gebrim Louly, Coordenador(a)-Geral**, em 09/09/2025, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Siqueira Barreto, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental**, em 12/09/2025, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **52769038** e o código CRC **6A93B7B8**.